

Como encaram os doadores individuais as questões na óptica de género nas suas políticas, programação e financiamento a nível de país?

Os doadores, tanto individual como colectivamente, estabeleceram diversos compromissos **para fazer avançar a igualdade dos géneros nos seus programas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)**. Por exemplo, a **Comissão Europeia (CE)** reconheceu que a igualdade dos géneros é um direito humano fundamental e que é instrumental para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG); a igualdade dos géneros é também considerada um dos princípios chave na cooperação para o desenvolvimento da CE, estando a CE empenhada em integrar as questões na óptica de género e apoiar acções específicas para a capacitação das mulheres. Colectivamente, os países membros da **OECD** também estabeleceram compromissos semelhantes e propuseram que os **marcadores políticos para a igualdade dos géneros** sejam uma forma de monitorizar o apoio dos membros em relação às intervenções relacionadas com a igualdade dos géneros. Além disso, na recente **Agenda de Accra para Acção**, os parceiros para o desenvol-

vimento estabeleceram um compromisso para garantir que as suas políticas abordem as questões relacionadas com a igualdade dos géneros de uma forma mais sistemática e coerente. Acordaram ainda em garantir que as políticas e programas de desenvolvimento sejam concebidas e implementadas de forma consistente com os seus compromissos internacionais acordados para a igualdade dos géneros, os direitos humanos, deficiências e sustentabilidade ambiental.

A pesquisa foi feita ao abrigo do programa da Comissão Europeia/UNIFEM 'Integração da orçamentação na óptica de género na agenda da eficácia da ajuda'¹ e fez uma avaliação da medida em que **esses compromissos para com a igualdade dos géneros foram colocados em prática**. Além da **Comissão Europeia (CE)**, a pesquisa abrangeu outro doador importante em cada um dos dez países. O segundo doador foi escolhido com base na dimensão do seu suporte ao país, e a utilização de novas modalidades de ajuda, tais como GBS e apoio ao orçamento sectorial (SBS). Os doadores analisados foram



a **DFID** (Uganda, Etiópia, Índia, Nepal, e Ruanda), a **Holanda** (Tanzânia), **Suécia-Sida** (Moçambique), **Espanha-AECID** (Marrocos e Peru) e **França** (Camarões).

As secções seguintes apresentam algumas das conclusões sobre a forma como os doadores individuais abordam as preocupações relacionadas com a igualdade dos géneros nas suas práticas e instrumentos de gestão da ajuda nos países estudados. As conclusões sobre as práticas dos doadores são específicas a cada país, e é importante observar que as conclusões não são representativas das práticas dos doadores para lá dos países abrangidos pelo estudo. A pesquisa analisou a existência do seguinte:

- análise do género, acções e indicadores nas estratégias dos países doadores;
- financiamentos relacionados com a igualdade dos géneros, tanto para governos como para ONGs;
- monitorização sensível ao género e indicadores de desempenho, assim como possível rastreamento de indicadores e financiamentos relacionados com o género;
- estruturas internas relacionadas com o género e mecanismos, tais como pontos focais relacionados com o género;
- kits de ferramentas e directivas para o género; e
- apoio a reformas orçamentais e sistemas de gestão financeira nacionais que levem a uma orçamentação sensível ao género (OOG).

ESTRATÉGIAS DOS PAÍSES DOADORES

De uma forma geral, os documentos dos países doadores referentes às estraté-

gias contêm detalhes das principais áreas apoiadas pelo doador no país, assim como indicações sobre os seus recursos. As estratégias da maior parte dos países referem a igualdade dos géneros como uma questão transversal.

De uma forma geral, a **Comissão Europeia (CE)** inclui o género entre diversas outras questões transversais nos documentos sobre a estratégia para os países (CSPs – Country Strategy Papers). Os CSPs incluem normalmente uma análise das principais questões na óptica de género no país. Alguns CSPs abordam também questões na óptica de género nas suas secções e intervenções específicas para os sectores. Frequentemente, no entanto, há poucos detalhes e provas de intervenções práticas para abordar as questões relacionadas com o género, para lá de declarações gerais sobre o facto de ser uma questão transversal. Uma excepção é o documento da CE sobre a estratégia para 2008-2013 para a **Etiópia**, pois este documento descreve claramente intervenções para a igualdade dos géneros, incluindo assinalando os recursos atribuídos. O documento refere o estabelecimento de um fundo dedicado ao género para apoiar pequenos projectos que promovem a igualdade dos géneros, em sintonia com o documento sobre a estratégia para a redução da pobreza (PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper) na Etiópia e o plano de Acção Nacional para a Igualdade dos Géneros. O documento declara também que a delegação projecta contratar um especialista em questões na óptica de género para trabalhar como um ponto focal para o género em questões de governação e fazer a ligação com o governo e outros doadores do fundo para o género. O CSP da CE para a **Tanzânia** é outra excepção, uma vez que declara explicitamente que o género deve ser levado em consideração no apoio macro económico (GBS) da CE à Tanzânia. Mas não

devem ser fornecidos quaisquer detalhes sobre como tal deve ser efectuado.

O **DFID**, por outro lado, parece fazer uma análise mais detalhada das questões na óptica de género e das acções específicas para as abordar nos seus planos de assistência aos países (CAP – Country Assistance Plans), combinando uma abordagem por duas vias para chamar a atenção para as questões na óptica de género e intervenções dirigidas às mulheres. No **Nepal**, o CAP provisório do DFID (Novembro 2007- Abril 2009) concentra-se na construção da paz e no estabelecimento das fundações para um desenvolvimento inclusivo, através do apoio à implementação dos acordos de paz, serviços de saúde e educação, e a inclusão dos grupos sem grande representação nas estruturas políticas e governamentais e melhoramento das oportunidades económicas para pessoas pobres, incluindo as mulheres. No CAP anterior, as abordagens centravam-se no aumento da participação política das mulheres e no seu acesso aos serviços, através de intervenções dirigidas às raparigas e mulheres. No **Ruanda**, o CAP do DFID para 2003-2006 centrava-se no apoio aos Ministérios para o Género e Promoção das Mulheres e nos seus parceiros para tratar os elevados níveis de desigualdade dos géneros e pobreza feminina através de políticas e monitorização.

Na estratégia da **Sida-Suécia** para Moçambique, as metas estratégicas para a cultura, desenvolvimento rural, infraestruturas e educação referem-se à igualdade dos géneros. A estratégia realça que as questões relacionadas com a igualdade dos géneros devem ser uma preocupação importante em toda a cooperação para o desenvolvimento, dada a vulnerabilidade das mulheres e a sua importância na redução da pobreza. A estratégia realça que grupos alvo devem ser independentes de género e idade

durante o planeamento, implementação e avaliação dos programas e projectos. Dois dos nove pontos de entrada para as intervenções relacionadas com o género da Sida referem-se ao apoio ao orçamento ou ao apoio sectorial: é realçada a análise dos orçamentos com base no género, especialmente em discussões relacionadas com despesas a médio prazo, e a participação dos oficiais ligados ao género na coordenação dos doadores. Apesar disso, a pesquisa sugere que a agência não apresentou uma perspectiva ligada ao género no GBS em Moçambique.

O género é uma prioridade chave nas estratégias da **Espanha/AECID** para o **Peru** e **Marrocos**. No **Peru**, a AECID concentra o seu programa de ajuda ao desenvolvimento para 2007-2010 na redução da pobreza e boa governação, através de três programas principais: governação democrática, coesão social e desenvolvimento económico sustentável. O género é um ponto chave em todos os 19 projectos da AECID. Um destes projectos apoia o Ministério do Desenvolvimento Social e da Mulher para apoiar o Plano Nacional do Peru para Combater a Violência contra as Mulheres. Um dos sete objectivos estratégicos da AECID no país tem como meta aumentar a autonomia e capacidades das mulheres, apoiando a representação política das mulheres e o melhoramento das políticas e mecanismos para a igualdade dos géneros. Em **Marrocos**, o género e o desenvolvimento são identificados de igual modo como um dos quatro sectores prioritários da AECID.

De igual modo, a **Holanda** na **Tanzânia** afirma que o género é uma das áreas chave para o apoio, juntamente com a saúde, governação local e o sector privado.

A **França** é o único doador estudado que não menciona de forma explícita questões na óptica de género nas metas principais para o crescimento e redução da pobreza

no seu Documento Quadro de Parceria (Partnership Framework Document – DCP) para os **Camarões**.

FINANCIAMENTO RELACIONADO COM A IGUALDADE DOS GÊNEROS

De uma forma geral, a pesquisa mostra que o apoio dos doadores às intervenções relacionadas com a igualdade dos géneros é essencialmente canalizado através dos organismos nacionais para as mulheres ou ONGs. Algum trabalho relacionado com a igualdade dos géneros é também apoiado em ministérios sectoriais. Normalmente os doadores não circunscrevem o financiamento para o género no sentido de reservar uma verba específica para ser distribuída por fins relacionados com o género. A **CE na Etiópia** é uma excepção, tendo estabelecido um fundo dedicado ao género dotado de USD 10 milhões para apoiar pequenos projectos que promovem a igualdade dos géneros, em sintonia com o documento sobre a estratégia para a redução da pobreza (PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper) na Etiópia e o plano de Acção Nacional para a Igualdade dos Géneros. No entanto, alguns dos relatórios sobre o país assinalaram que mesmo nos casos em que os fundos não eram directamente atribuídos à igualdade dos géneros, se os fundos tivessem sido essencialmente dirigidos a sectores em que as políticas eram sensíveis ao género, contribuíam também para promover a igualdade dos géneros. As atribuições destinadas às questões na óptica de género eram em geral pequenas em comparação com o valor global da assistência dos doadores.

Financiamento para intervenções sectoriais relacionadas com o género

Os doadores têm tendência a apoiar intervenções relacionadas com a igualdade dos géneros em programas sectoriais nos tradicionais sectores ‘soft’ (macios), tais como educação e saúde. Por exemplo, a delegação da **CE na Índia** financia programas sectoriais dirigidos às disparidades entre

as castas e os géneros e o acesso aos serviços sociais. Um destes programas, Sarva Shiksha Abhiyan, destina-se a reduzir o número de crianças que não vão à escola e as diferenças relacionadas com questões sociais e do género na educação primária. Outra iniciativa apoiada é a Missão Nacional para a Saúde Rural (National Rural Health Mission) que aborda questões relacionadas com a saúde reprodutiva, cuidados infantis e cuidados de saúde primários da população rural. A **CE nos Camarões** é uma excepção em relação ao enfoque em sectores ‘soft’: a delegação apoia uma iniciativa que tenta integrar as questões relacionadas com a igualdade dos géneros no **sector da construção rodoviária**. O programa tem como objectivo aumentar o envolvimento das mulheres no planeamento, implementação e monitorização do programa rodoviário, o seu trabalho em projectos de infraestruturas rodoviárias e o pagamento igualitário aos empreiteiros, quer sejam homens ou mulheres.

O **DFID no Nepal** apoia o trabalho relacionado com o género nos **sectores da saúde e educação**. Um dos programas apoiados é o programa nacional de educação para todos (EFA – Education for All), que inclui um programa de bolsas de estudo para raparigas, esforços para recrutar professoras e iniciativas para manter as raparigas na escola para que completem a sua educação, tais como a eliminação das propinas. O DFID também financia o programa para o sector da saúde proporcionando financiamento directo e assistência técnica para um Programa Nacional para uma Maternidade Segura. Na **Etiópia**, o DFID apoia um exercício de avaliação para reforçar a igualdade dos géneros no Programa de Melhoramento da Qualidade da Educação Geral (GEQIP – General Education Quality Improvement Programme) do Ministério da Educação. No sector da saúde apoia os cuidados de saúde maternos, por exemplo, promovendo um aumento no número

de mulheres que prestam cuidados de saúde adicionais, e melhorando o acesso aos contraceptivos, água e saneamento.

A maior parte dos financiamentos feitos ao governo da **Tanzânia** pela **Holanda**, e relacionados com o género, são dirigidos ao sector da saúde. Um destes programas é o Programa Nacional para as Fístulas. O volume do financiamento tem-se mantido quase constante durante os últimos três anos, tendo atingido os 555.000 EUR em 2007.

Financiamento para os intervenientes governamentais em questões relacionadas com o género

Como referido acima, muitos doadores dão apoio aos organismos nacionais das mulheres ou ao Ministério das Mulheres.

A **CE** na **Etiópia** apoiou o Ministério das Finanças e do Desenvolvimento Económico financiando com US\$5 milhões o fundo “women’s activities” (actividades femininas), cuja coordenação era feita pelo Ministério das Mulheres, em 2008/09. Na **Tanzânia**, a **CE** atribuiu recentemente EUR 250.000 ao Ministério para o Desenvolvimento Comunitário, o Género e as Crianças, além de ter financiado a campanha nacional “Diga não à violência contra as mulheres” e uma avaliação da necessidade de uma polícia especial para tratar da violência contra as mulheres.

De igual modo, o **DFID** no **Ruanda** apoiou durante 2003-2006 o Ministério para o Género e a Promoção das Mulheres e os seus parceiros na montagem de uma resposta política e monitorização da resposta em relação aos elevados níveis de desigualdade e pobreza feminina. O **DFID** também apoiou o Conselho Nacional para as Mulheres. No entanto, em proporção da ajuda total, o financiamento para os componentes relacionados com a igualdade dos géneros é pequeno: de acordo com os cálculos dos analistas, apenas 2,1% do orçamento total atribuído pelo **DFID**.

A **Holanda** na **Tanzânia** apoiou o Ministério para o Desenvolvimento Comunitário, do Género e das Crianças (**MCDGC** – Ministry of Community Development, Gender and Children), financiando o desenvolvimento do plano estratégico do **MCDGC** em 2005 e 2006, com um total de 99.000 EUR.

No **Peru**, o **AECID** apoiou a Direcção das Mulheres no estabelecimento do Observatório para o Género e o acompanhamento da implementação do Plano para a Igualdade de Oportunidades (**PIO**). A **AECID** também apoia iniciativas no Ministério do Desenvolvimento Social e da Mulher, tais como serviços de consultoria para aumentar o acesso das mulheres à informação sobre a implementação do **PIO**, por exemplo, a tradução do plano nos idiomas nativos, assim como a implementação do Plano Nacional para Reduzir a Violência Contra as Mulheres.

Embora a igualdade dos géneros não seja uma meta para a **Cooperação Francesa** nos **Camarões**, a cooperação apoiou o Ministério dos Assuntos da Mulher e da Família (**MINPROFF** – Ministry of Women’s Affairs and the Family) de 2004 a 2006.

Financiamento para o trabalho das ONGs relacionado com o género

Os doadores também apoiam as **ONGs** que fazem trabalho relacionado com a igualdade dos géneros. Na maior parte dos casos não se sabe que parte dos financiamentos para as **ONGs** foi destinado às **ONGs** que fazem trabalho relacionado com o género; alguns exemplos sugerem que essa parte é pequena.

De uma forma geral, a **CE** também atribui fundos às **ONGs**, que trabalhem, por exemplo, em questões relacionadas com os direitos humanos, democracia, governação e questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva. Existem também alguns exemplos em que a **CE** finan-

ciou ONGs de mulheres. Por exemplo, no **Uganda**, a delegação da CE tem várias linhas orçamentais para intervenientes não governamentais, um dos quais tem como enfoque o género. De igual modo, na **Tanzânia**, a **CE** financiou no passado ONGs, tais como o Programa de Ligação relacionado ao Género da Tanzânia (TGNP – Tanzanian Gender Networking Programme) e a Women’s Empowerment (Capacitação das Mulheres) no Zanzibar, ao abrigo do orçamento para a saúde sexual e reprodutiva e doenças relacionadas com a pobreza da sede da CE. A **CE** no **Peru** apoia ONGs que têm intervenções para reforçar a política de oportunidades iguais através de pequenos subsídios. Embora a **Índia** seja o maior beneficiário dos fundos da CE para a cooperação com as ONGs na Ásia (mais de 150 projectos que valem mais de 125 milhões de Euros), a pesquisa não menciona quaisquer questões na óptica de género que sejam abordadas através destes fundos.

No **Nepal**, mais de um terço dos fundos do **DFID** para o Programa Enabling the State e para o Rights, Democracy and Inclusion Fund (Fundo para Direitos, Democracia e Inclusão), que tem como objectivo reforçar os direitos, a democracia, a igualdade dos géneros e a inclusão, foram atribuídos a ONGs de mulheres. No **Uganda**, o **DFID** financia ONGs através de um fundo comum mas não concede fundos de uma forma explícita para actividades relacionadas com a igualdade dos géneros. Na **Etiópia**, o **DFID** apoia a defesa e a prestação de serviços relacionados com a igualdade dos géneros através de parcerias com ONGs. Os programas de parceria com ONGs proporcionaram no passado recursos para grupos tais como a Ethiopia Women’s Lawyer Association (Associação de Mulheres Juristas).

Cerca de 15% da ajuda Sueca é alocada à sociedade civil e ao sector privado. Quatro

por cento desta quantia vai para actividades centradas no género do Fórum Mulher, uma organização global nacional de ONGs dedicadas aos direitos da mulher e a capacitação económica e política das mulheres. A Sida considera a igualdade dos géneros como um critério quando decide fazer atribuições a ONGs.

A **cooperação Francesa** nos **Camarões** tem financiado ONGs que promovem os direitos da mulher através do Fundo para o Desenvolvimento Social (FSD) que apoia actividades de desenvolvimento comunitário em áreas sociais, económicas e ambientais. No entanto, as quantias são reduzidas e representam cerca de 1% do apoio da França às ONGs.

A **Holanda** na **Tanzânia** proporciona a maior parte do apoio relacionado com o género a intervenientes não governamentais sob a forma de um financiamento institucional à Pesquisa sobre o Alívio da Pobreza (REPOA – Research on Poverty Alleviation), uma organização sem fins lucrativos, que faz regularmente consultoria para o Governo, e que também aloja o secretariado do Grupo de Trabalho para as Macro Políticas para o Género. No entanto, uma fracção do apoio dado à REPOA destina-se a actividades relacionadas com o género. Alguns intervenientes não governamentais que trabalham em questões relacionadas com a saúde das mulheres também receberam apoio: em 2006, a Holanda financiou o Fundo Africano para a Pesquisa Médica em mais de 760,000 EUR, para médicos que fizeram operações a nível local para pôr fim ao problema das fístulas obstétricas. Também é dado apoio (100,000 EUR) à Kivulini, uma ONG para os direitos das mulheres que trabalha na prevenção da violência doméstica.

A Holanda também deu apoio na Tanzânia ao Programa de Ligação relacionado com o Género da Tanzânia, um líder em trabalho de OOG na Tanzânia.

A maior parte do apoio da **Espanha/AECID** para intervenções relacionadas com a igualdade dos géneros em **Marrocos** foi para o financiamento de ONGs Espanholas e Marroquinas. No entanto, embora o género e o desenvolvimento sejam um dos quatro sectores prioritários, foi registado nenhum do apoio da AECID a Marrocos em 2006 como sendo dirigido ao sector prioritário das mulheres e do desenvolvimento. A agência concordou recentemente em apoiar um novo programa multi-sector de US\$ 8,4 milhões destinados ao combate à violência com base no género em seis regiões de Marrocos.

Apoio a reformas orçamentais e sistemas de gestão financeira nacionais que levem a uma orçamentação sensível ao género (OOG).

Alguns doadores, tais como o DFID, o Banco Mundial e a Alemanha estão a dar cada vez mais apoio a reformas orçamentais e sistemas de gestão das finanças públicas. Embora a pesquisa não tenha analisado as práticas do Banco Mundial e da Alemanha, na sua análise das experiências de OOG, tentou explorar a medida em que o apoio à OOG tem sido integrado na assistência técnica e apoio dado à reforma orçamental. Diversos doadores têm dado um apoio consistente aos trabalhos de OOG, por exemplo, o DFID (no **Uganda** e **Ruanda**), a Holanda (na **Tanzânia**), a CIDA (nos **Camarões**), a Espanha (no **Peru** e **Marrocos**), a CE (em **Marrocos** e **Uganda**), a Bélgica (através da UNIFEM em **Moçambique** e **Marrocos**). Nalguns países, tais como o Ruanda, Marrocos e Uganda, o trabalho de OOG tem estado estreitamente ligado à reforma orçamental. No entanto, as conclusões indicam que nos restantes países a harmonização entre o apoio à reforma orçamental e a OOG tem sido mínima. Os objectivos da OOG e reforma orçamental são as mesmas: eficiência, equidade,

transparência, atingimento dos resultados e responsabilização. A harmonização pode ser alcançada pela integração do desenvolvimento das capacidades em GRB em pacotes de assistência técnica relacionados com a reforma orçamental. As ferramentas para a harmonização da OOG e a reforma orçamental parecem ser uma área de acção necessária, seguindo as recomendações da Agenda de Accra para Acção para a obtenção de uma capacidade de apoio para reforçar os sistemas nacionais². Este alinhamento também é necessário para implementar de forma efectiva os compromissos para com a igualdade dos géneros feitos pelos governos e doadores.

MONITORIZAÇÃO/RASTREIO/INDICADORES

Rastreio dos financiamentos relacionados com o género

Nos países analisados, as agências doadoras não fazem em geral o rastreio das suas despesas relacionadas como género, nem do impacto dos seus programas nas questões relacionadas com o género. Foram no entanto encontrados alguns exemplos, em que isso foi feito. Por exemplo, o **DFID** na **Índia** rastreia e faz um relatório trimestral sobre o género. Este processo de rastreio descreve os avanços em questões na óptica de género e dos mecanismos de responsabilização.

Na **Etiópia**, a **CE** utiliza um sistema electrónico de informação de gestão para monitorizar os seus projectos e programas, bem como uma base de dados na Web, o Blue Book, que disponibiliza informações públicas sobre os tipos de actividades financiadas, instrumentos, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, os sectores PASDEP e OECD abordados, beneficiários, organização da implementação, custo das actividades, sistemas governamentais envolvidos e os resultados das iniciativas em curso.

Mas a pesquisa verificou que as únicas informações sobre o género estavam num parágrafo que descrevia as mulheres como as beneficiárias e o seu contexto.

Indicadores do desempenho sensíveis ao género

De uma forma geral, poucos dos países analisados mencionaram a utilização de indicadores específicos para o género, tanto nas estratégias dos países doadores como nos quadros de avaliação do desempenho para fundos entregues por doadores individuais.

A **CE** tende a incluir indicadores de desempenho retirados do PRSP do país nos seus documentos sobre a estratégia para o país (CSP). Foram encontrados nessas estratégias alguns indicadores sectoriais sensíveis ao género. Por exemplo, no **Uganda**, o CSP da CE para o país contém indicadores de desempenho sensíveis ao género para o sector da educação. Na **Tanzânia**, embora os indicadores do CSP da CE não contenham referências ao género, a maior parte deles são derivados do MKUKUTA (PRSP) e em alguns estão independentes de género ou são específicos para o género, e isso pode ser entendido como uma inclusão implícita de indicadores sensíveis ao género. No entanto, embora as questões e intervenções relacionadas com o género sejam discutidas num CSP, estas questões nem sempre são incluídas na lista dos indicadores. Por exemplo, embora o CSP declare que o apoio macro-económico devia dar atenção às questões relacionadas com o género, os indicadores para esse apoio não incluem quaisquer questões na óptica de género de forma explícita, excepto “Objectivos chave para o sector social e macro-económicos estabelecidos pelo MKUKUTA para 2010 alcançados”.

Indicadores sensíveis ao género para a tranche variável para GBS

Uma forma de integrar **as questões na óptica de género nos pagamentos rela-**

cionado com o GBS é incluir o género nos **critérios de desempenho ou indicadores.**

As directrizes da CE (CE, 2007) no suporte orçamental geral sugerem que as questões relacionadas com o género podem ser tidas em conta na escolha dos critérios e indicadores do desempenho para o desembolso das parcelas. Neste mecanismo com tranche fixa/variável, uma parte do GBS é paga com base no atingimento de certos indicadores. As tranches variáveis constituem 35% dos programas relevantes.³ Em média, os PFM e indicadores do orçamento representam cerca de 45% do valor das tranches variáveis, sendo a média para a educação 22% e para a saúde 25%. As tranches fixas são pagas na totalidade (se todas as condições tiverem sido satisfeitas) ou não são pagas (se uma ou mais condições não for satisfeita); os indicadores utilizados estão em geral relacionados com o progresso geral na implementação do plano de desenvolvimento nacional, gestão das finanças públicas (PFM) e questões macro-económicas. No caso das tranches variáveis, será paga uma metade se um indicador não for satisfeito mas se tiver havido progresso. Se não houver qualquer progresso, nada será pago. Os indicadores que são rastreados em relação à tranche variável são divididos em indicadores PFM e do sector social, que são muitas vezes indicadores de resultados. A CE recomenda a utilização de indicadores de resultados ao nível dos resultados para os indicadores para tranches variáveis para o GBS, (exemplos de indicadores ao nível dos resultados é a incidência do HIV entre as mulheres com 15-24 anos que vão a clínicas de pré-natalidade, a relação rapazes/raparigas na educação secundária, utilização de uma rede de protecção contra mosquitos na noite anterior por mulheres grávidas) com o argumento que são relevantes para a tomada de decisões públicas, e que podem captar uma vasta gama de acções sob controlo governamental e podem ser estreitamente ligadas a fortes medidas para reduzir a pobreza.⁴

Por exemplo, na **Tanzânia**, existem actualmente em utilização para a tranche variável onze indicadores para o sector social, seis na educação e cinco na saúde e ainda quatro a cinco indicadoras para o PFM. Alguns dos indicadores para o sector social independentes de género ou são específicos ao género: na educação, “relação rapazes/raparigas na educação secundária”; e na saúde, “utilização de uma rede de protecção contra mosquitos na noite anterior por mulheres grávidas”, e a “incidência do HIV entre as mulheres com 15-24 anos que vão a clínicas de pré-natalidade”. Em **Moçambique** cinco indicadores relacionados com o PFM estão ligados a 50% da tranche variável, e outros oito indicadores aos restantes 50%; entre estes incluem-se quatro indicadores de resultados para as mulheres para a educação e saúde. Em Moçambique, a CE não incluiu o indicador principal para o PAF do GBS “PES/OE (Plano Económico e Social/Orçamento Governamental) e o BdPES (Relatório sobre a implementação do PES) nos quais estão reflectidas as acções, orçamentos e progressos para o género” como um dos seus indicadores para a tranche variável, por ser um processo em vez de um indicador de resultados.

ESTRUTURAS E MECANISMOS INTERNOS RELACIONADOS COM O GÉNERO

Pontos focais para o género

Como uma prática standard, a maior parte das delegações tem pontos focais para o género, para quem as questões na óptica de género são uma tarefa adicional a acrescentar às suas outras responsabilidades temáticas. Muitos destes pontos focais para o género podem não ter uma experiência específica sobre o género. A **Holanda na Tanzânia** é uma excepção. A pessoa responsável pelas questões do género não tem outras responsabilidades temáticas.

A **CE** nomeia geralmente uma pessoa como ponto focal para o género para se ocupar das questões relacionadas com o género, para além das suas outras responsabilidades. Por exemplo, no **Ruanda**, o ponto focal da CE para o género também se ocupa de assuntos sociais. Em **Moçambique**, a Delegação da CE tem um ponto focal para o género em tempo parcial, e cuja principal responsabilidade é gerir o orçamento da CE para o programa ‘Investir nas Pessoas’ para CSOs. Na **Índia**, o Consultor da CE para o Desenvolvimento é o “correspondente” para o género.

O **DFID** tem também tendência a combinar o papel de ponto focal para o género com o de representante/consultor para o desenvolvimento social. É este o caso tanto para o **Uganda** como para o **Ruanda**.

A **Sida-Suécia** tem um responsável para o género, em tempo parcial, em **Moçambique**, instalado no departamento para a democracia e os direitos humanos. Também este ponto focal despende apenas uma fracção do seu tempo em questões relacionadas com o género; as suas responsabilidades principais incluem a gestão do apoio aos CSOs.

A **Espanha/AECID** também tem um responsável para o género nos seus escritórios no Peru.

Uma questão levantada pela pesquisa foi a falta de uma consulta e participação sistemática dos pontos focais para o género dos doadores nas discussões internas e externas sobre o apoio macro-económico. O caso do ponto focal para o género na delegação da **CE** em **Moçambique** realça que embora sejam feitas consultas ad-hoc, não existe um processo de consultas internas sistemáticas sobre a integração de uma dimensão para género nos GBS e SBS. Apesar disso, o ponto focal para o género participou no processo de elabora-

ção do CSP, e foi também consultado sobre quais os indicadores que deveriam ser incluídos no PAF e na tranche variável da CE. Na entrevista para a pesquisa, o ponto focal para o género da **CE** em **Marrocos** chamou a atenção para as dificuldades que os responsáveis pelo género têm em influenciar as estratégias do país devido à baixa posição que ocupam.

Directivas, kits de ferramenta e formação sobre o género

As análises não investigaram detalhadamente se os doadores tinham desenvolvido kits de ferramenta para o género e directivas sobre como estas deviam ser utilizadas. Alguns dos relatórios nacionais mencionam instrumentos e abordagens relacionados com o género desenvolvidos pelos respectivos gabinetes do Chefe do doador. Referiram no entanto que estes instrumentos não são utilizados ao nível do país. A **CE**, por exemplo, desenvolveu caixas de ferramentas e manuais sobre a igualdade dos géneros, mas que não são geralmente utilizados nas delegações nos países.

De uma forma geral, os doadores não abordaram as questões na óptica de género nas suas directivas para as novas modalidades de ajuda (NAM – New Aid Modality). A **CE** foi uma excepção, tendo-se explicitamente referido **ao género nas suas directivas para as NAMs**. A **Sida** em **Moçambique** comunicou também que está agora a ser preparado um manual sobre políticas para o género para todas as modalidades de ajuda.

As análises não investigaram explicitamente que tipo de formação sobre o género o pessoal das agências tinha recebido. O relatório para Moçambique foi uma excepção: comunicava que todo o **pessoal da Sida** em **Moçambique** tinha recebido uma formação básica sobre as questões relacionadas com o género.

Notas

¹ Esta publicação foi produzida com o auxílio da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do seu autor e não pode de maneira alguma ser considerado como reflectindo as opiniões da União Europeia.

² O Parágrafo 15.c da Agenda de Accra para Acção declara:” Os países em desenvolvimento e os doadores avaliarão em conjunto a qualidade dos sistemas do país num processo liderado pelo país utilizando ferramentas de diagnóstico acordadas mutuamente. Nos casos em que o sistema do país necessite de um reforço adicional, os países em desenvolvimento liderarão a definição dos programas de reforma e prioridades. Os doadores apoiarão estas reformas e proporcionarão assistência para o desenvolvimento de capacidades”.

³ Apoio ao Orçamento pela Comissão Europeia CE (2005): Uma Abordagem Inovadora à Condicionalidade.

⁴ Apoio ao Orçamento pela Comissão Europeia CE (2005): Uma Abordagem Inovadora à Condicionalidade.

‘Como encaram os doadores individuais as questões na óptica de género na suas políticas, programação e financiamento a nível de país?’

ISBN: 1-932827-98-6

Copyright © Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) New York, 2009

Para mais informações visite o site do OOG no www.gender-budgets.org ou e-mail gender.budgets@unifem.org.